

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais:
Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

**RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA E POPULAÇÃO NEGRA NOS LIVROS
DIDÁTICOS: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO
MUNICIPAL EM DIAMANTINA - MG**

Marcelo Siqueira de Jesus⁵⁶¹

Resumo: O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa que buscou conhecer o processo de implementação das leis antirracistas, Lei nº. 10.639/03 e Lei nº. 11.645/08, na rede escolar pública do município de Diamantina-MG. Selecionou-se três escolas, sendo uma da região central, outra da região rural e a última de um bairro de periferia de Diamantina. Essa pesquisa foi financiada pela FAPEMIG, com auxílio de recurso de bolsa de iniciação científica (PIBIC). De maneira geral a nossa tentativa foi saber quais estratégias foram adotadas nos currículos das escolas da rede pública municipal de Diamantina para o combate ao racismo? Essa pesquisa do tipo qualitativa, adotou a entrevista focalizada com os seguintes atores sociais: professores, gestores e funcionários. Buscou-se saber a opinião dos sujeitos sobre Livro Didático e Religiosidade de Matriz Africana; Caráter laico da educação pública, tendo em vista que todas as escolas investigadas possuem imagens de santos católicos; Personificação do Termo Macumba; Representação da Umbanda e Candomblé. Considero que o racismo institucional está presente nas escolas investigadas devido a pouca presença da população negra nos livros didáticos, na ausência de programas da Secretaria de Educação voltados para formação continuada dos seus professores, e pela emissão de juízo de valor dos atores em relação a macumba.

Palavras-Chave: Educação para Relações Étnico-Raciais, Currículo, Educação Básica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de um projeto de pesquisa que investigou a implementação da política pública educacional que atende ao ensino antirracista, Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08. O *locus* de investigação compreensiva deste processo foram três escolas da rede municipal de Diamantina-MG, localizadas no campo, na periferia e na região central do município.

Essas três escolas atendem anos/séries iniciais do Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano. Buscou-se saber quais são as estratégias adotadas pelos atores sociais envolvidos na elaboração do plano de ação pedagógica para atender as Diretrizes Curriculares para Educação

⁵⁶¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Coordenador do Projeto de pesquisa “Do Campo ao Urbano: investigação compreensiva sobre implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 nos anos iniciais da rede pública de ensino municipal de Diamantina – MG”. Regente da Disciplina Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais no curso de Bacharelado em Educação Física e no curso de Licenciatura em Educação Física. Contato: marcelo.siqueira@edu.gov.br ⁵⁶² Licenciada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual da Paraíba; Especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais pela Universidade Federal de Campina Grande; Professora da educação básica na rede municipal de ensino.

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

das Relações Étnico-raciais. Esta legislação visa contribuir para redução das práticas de preconceito racial a partir do esclarecimento dos códigos, valores e expressões das diversas manifestações da cultura brasileira de matriz africana.

Adotei como critério principal para escolha das escolas o seguinte dado: presença de anos/séries iniciais do ensino fundamental nas escolas localizadas no campo, no centro e na periferia, que atendam alunos egressos de camadas populares. Dentre as escolas da rede municipal que apresentam tais características, foram selecionadas as seguintes: Escola Municipal Belita Tameirão, localizada no bairro Centro; Escola Municipal Nathália de Jesus Silva, localizada no bairro de Maria Ormindá; Escola Municipal Quartel do Indaiá, localizada no Povoado de Quartel do Indaiá, Distrito de São João da Chapada.

Duas escolas localizadas em ambiente urbano e uma escola localizada na região rural, com isso, pretendeu-se revelar quais as estratégias e ações pelas quais a Secretaria Municipal de Educação tem adotado para atender o ensino das Relações Étnico-raciais, nas escolas de sua rede, com a premissa de atender um ensino voltado para o respeito e a convivência com a diversidade.

Uma das razões das quais se buscou adotar tal recorte étnico-racial se dá em razão da socialização escolar não estar isenta das relações de poder, estratégias de convívio seletivo, afinidades, ausência de respeito as diferenças e pelos primeiros contatos com a racionalidade científica eurocêntrica, que reproduzem as tensões sociais, conforme Saviani (1983) anunciou como a violência simbólica em Bourdieu e Passeron, como se a escola reproduzisse a estrutura excludente da sociedade. Uma das formas de distinção social que alcança ampla eficácia é o racismo, que tem nas Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais uma referência para combater as ações racistas no cotidiano escolar. Paixão (2007) e Nogueira (2006) entendem que a violência simbólica no cotidiano escolar tem tido um grande impacto no fracasso dos alunos egressos de camadas populares, no qual, contribui para os altos índices de evasão e da defasagem idade e série de crianças e jovens negros.

Essa desigualdade educacional persiste atingir a população negra e reverbera na desigualdade social no Brasil, mesmo que nas últimas décadas os dados dos institutos IPEA, IETS e IBGE revelem existir uma redução da desigual distribuição de renda no país, ainda somos um país amplamente desigual. Em virtude dessas desigualdades educacionais e a eliminação da juventude negra das melhores oportunidades ocupacionais em nossa sociedade,

**III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais:
Igualdade racial no ambiente escolar**

10 a 13 de maio de 2016

pretendo recorrer a produção da sociologia brasileira que analisou o fenômeno do preconceito e da discriminação racial em nossas relações sociais.

Nogueira (1998) aprofundou seus estudos nas relações raciais, numa tentativa de compreender o distanciamento social entre brancos e negros no Brasil, por ter considerado um dos principais problemas da nossa sociedade. O autor considerou que o preconceito racial foi o ponto-chave das desigualdades sociais e, na comparação com o tipo de discriminação que ocorre no Brasil e nos EUA, percebeu diferenças. Nos Estados Unidos não se elimina no indivíduo a sua origem racial, e no Brasil o efeito do preconceito se dá pelo fenótipo. Esta definição reforça a ideia de que não há como afirmar que o preconceito de cor pode ser diluído pelo preconceito de classe. A forma que comprova esse dado se dá na empiria quando negros e mulatos pertencendo às classes superiores são vítimas de preconceito em razão do seu fenótipo.

Nogueira (1998) constrói a categoria preconceito racial de marca a partir da análise relativa das variáveis *status*, cor e mobilidade social, representadas nos censos demográficos da cidade de Itapetininga (SP). Um aspecto particular que merece consideração sobre esse autor é que sua experiência de vida nos Estados Unidos ajudou-o a desenvolver a pesquisa no interior paulista porque durante sua estada em Chicago ele conviveu nos bairros negros e conheceu algumas associações civis que o possibilitaram conhecer bem aquela realidade. O autor conseguiu tal aproximação com o real devido ao uso da escala de pesquisa do tipo microsociológica, com ida a campo associada à técnica da observação participante para tentar compreender as relações raciais nos bairros negros daquela cidade norte-americana.

Rafael Guerreiro Osório (2004), pesquisador do IPEA, nos auxilia com sua análise sobre a mobilidade social dos negros brasileiros através de uma revisão da literatura sociológica brasileira, que serviu-lhe de base para construir um argumento em defesa das políticas públicas de caráter afirmativo focalizado na eficácia de correção dos efeitos históricos da desigualdade racial. O autor menciona que a origem racial e a educação são determinantes para posição de pessoas na estrutura social brasileira, e seu argumento é construído com a comparação hipotética de mobilidade social entre dois pais, um negro e outro branco, com mesma condição social. A consideração hipotética do autor é que se for de camada popular, o filho do pai branco terá melhores oportunidades de ascender na estrutura social; ao contrário, o filho do pai negro, se estiver em posição melhor, poderá descender de sua posição inicial. E mesmo que esses dois filhos atinjam o mesmo nível educacional, as diferenças raciais na realização educacional prejudica os negros, que por outro lado geram vantagem para os brancos.

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

Essa é a razão pela qual as políticas públicas de caráter universal não serem eficientes na solução do problema racial, em razão dos mecanismos sutis de preconceito racial.

Hasenbalg (1988) argumenta que a sociedade de classes adotou a dominação racial para “reelaborar a raça como dimensão adscritiva num sistema de estratificação baseado em critérios adquiridos” (p.118).

Estes critérios adquiridos são marcados pelos valores e crenças reelaborados na sociedade capitalista brasileira para sustentar a discriminação racial como forma de obtenção de mão de obra de menor remuneração, desqualificada, sem privilégios nem prestígios. Em resumo, tal medida promoveu a continuidade da dominação racial ao determinar as posições ocupadas pelos indivíduos na esfera social. H. Blumer (*apud* HASENBALG, 1988) considerou que esse processo de dominação racial tem origem na ordem racial de casta e é retomada na ordem classista de forma que “os imperativos industriais acomodam-se ao molde racial e (...) operam efetivamente dentro dele” (p.120). R. Blauner (*Ibidem*, 1988) denunciou a institucionalização do racismo na sociedade norte-americana, ao perceber que nela havia um processo de dominação dos brancos sobre os negros através das principais instituições sociais que restringiam a participação dos grupos de cor naquelas de maior prestígio através do sistema burocrático convencional que instituiu regras de acesso.

Esses mecanismos de dominação racial que vêm desde o colonialismo chegaram até a atualidade com as mesmas ações que geram a subordinação; o que agravou a situação do elemento de cor no capitalismo moderno, quando incorporou distinções raciais nas práticas culturais e políticas, levando este grupo a ter mínimas oportunidades de conhecer os códigos necessários para alcançar os melhores postos na sociedade de classes.

Em outra pesquisa sobre o tema, Carlos Antônio Costa Ribeiro (2006) analisou as possibilidades reais de mobilidade social ascendente de pessoas em grupos de cor diferentes, com distintas origens de classe, e percebeu que “pretos e pardos são um percentual maior das pessoas que cresceram nas classes mais baixas, e foi o menor das que cresceram nas classes mais altas (p.854)”. O autor continua seu raciocínio e menciona que a explicação desse fenômeno se deve ao preconceito racial ser mais atuante na medida em que subimos na hierarquia de classes no Brasil. Também há evidências importantes sugeridas na análise do autor de que, mesmo tendo origens nas classes mais altas, pessoas negras sofram desvantagens, ou seja, tenham menos oportunidade do que brancos de permanecer no topo, o que aumentam suas chances de mobilidade descendente.

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

Outra constatação de Ribeiro (2006) é a de que entre os homens que completaram 15 anos de escolaridade (concluintes do ensino superior), os brancos têm três vezes mais chances do que não brancos de conquistarem o diploma universitário, e quando conquistam encontram mais dificuldades do que os dos brancos de entrar no mercado de trabalho em ocupações que exigem o mesmo nível educacional.

Compreendo ser essencial recorrer a recente historicidade do processo de implantação das ações afirmativas na sociedade brasileira no modelo educacional atual nos níveis fundamental, médio e superior público, teve importante influência da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de Durban, África do Sul, em 2001. Nesse encontro o governo brasileiro tornou-se signatário da Declaração de Durban e assumiu o compromisso efetivo de criar políticas estatais de combate ao racismo como forma de reduzir as desigualdades raciais. A partir dos trabalhos para a conferência mundial de Durban é que as ações afirmativas alcançaram a necessária dimensão para buscar meios de diminuir a desigualdade racial no Brasil e que resultaram nas ações consensuais do Governo Federal. Entretanto, pesquisas realizadas por entidades científicas, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelaram a persistência da desigualdade racial no Brasil, mesmo adotando-se medidas reparadoras que buscam eliminar a desvantagem relativa de pretos e pardos nas diversas áreas e ramos de atividade. Essa denúncia da permanência do quadro desigual entre brancos e negros realizada pelas pesquisas sociológicas promoveram a criação da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e adotou-se o problema racial como ação imediata a ser combatido pelo Estado brasileiro. Outra medida adotada pelo Governo Federal foi a criação da Lei n.º10.639/03 e da Lei n.º11.645/08 que inserem no cenário educacional brasileiro um conjunto de ações educativas que visam valorizar a diversidade étnico-racial no currículo escolar de todos os níveis e modalidades de ensino do país.

É importante salientar que, sobre a palavra raça, recorre-se aos autores Seyferth (texto mimeografado, sem data) e Munanga (2013) que consideram a questão racial a partir do cultural; eles consideram superado o conceito biológico de raça defendida até meados do Séc. XX pelas ciências naturais e a descrevem como sendo um conceito ressignificado pela sociedade ao qual o racismo é um mecanismo de distinção que gera preconceito e desigualdade nas relações inter-étnicas. Munanga (2013) considerou de grande relevância como medida de fortalecimento da população negra contra o racismo o sentido de negritude para a afirmação da identidade cultural negra, tal sentimento indica que o indivíduo negro incorpore em sua subjetividade o sentimento

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

de solidariedade, valorização da cultura e da história da diáspora africana, isso representa uma ligação com a ancestralidade, o que configura o simbólico do conceito de negritude para a afiliação da identidade racial entre os indivíduos de cor. Guimarães (2006) corrobora nesse sentido ao indicar que, a partir da década de 1920, a ideia de raça no Brasil passou a ser utilizada com um significado mais histórico e cultural, à maneira como W.E. Du Bois (*apud* Guimarães, 2006) “a utilizava no mundo francófono pelos poetas e políticos da *négritude*” (p.264).

Guimarães (2006) identifica outro sentido conceitual para raça não somente aquele que expresse o teor político usado na organização da resistência ao racismo no Brasil, mas considera também seu valor como categoria analítica essencial por ser “a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de cor enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe” (p.50).

Esta argumentação do autor se fundamenta em dois pressupostos: um que desconsidere a existência de raças biológicas na espécie humana que possam classificar os indivíduos através dos critérios científicos; e outro que, ao chamar raça no sentido nominal, torna-se efetivo e eficaz apenas no mundo social, e que somente neste universo se pode ter a plena dimensão real do seu uso.

Adotou-se na pesquisa este conceito de raça, que orientou nossa investigação a partir das seguintes questões: Como os atores sociais prospectam a mobilidade social num currículo escolar antirracista e progressista? Como a população negra está representada nos livros didáticos? Tal representação do negro nos conteúdos inseridos neste livro didático atende a realidade social e fenotípica das escolas investigadas? O caráter laico do Ensino público é mantido nas Escolas municipais da rede pública municipal de ensino de Diamantina – MG? A religiosidade de matriz africana tem espaço para ser dialogada no ambiente escolar?

OBJETIVO GERAL

Conhecer a realidade da implementação de política pública educacional antirracista nas séries iniciais da rede municipal de educação pública de Diamantina – MG.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

Compreender as estratégias de implementação da política educacional que pensa a diversidade étnico-racial no currículo escolar em escolas da rede pública municipal de Diamantina-MG situadas no campo e na cidade;

Vivenciar um espaço escolar público que tenha demanda em realizar debate democrático na direção de uma Educação para as Relações Étnico-raciais;

Perceber se os conteúdos do modelo de educação antirracista provocam impactos diretos e/ou indiretos na vida dos atores sociais envolvidos na comunidade escolar (família, alunos, professores e gestores);

Oportunizar uma formação para a pesquisa e para a docência a partir de referenciais sócio-antropológicos que contribuam na exposição dos problemas étnico-raciais na sociedade brasileira;

Refletir sobre a realidade das desigualdades educacionais no Brasil e considerar que pretos e pardos são aqueles que estão em posição de vulnerabilidade social na trajetória escolar, que são concretizadas pela evasão e pela defasagem idade série em razão de práticas sutis de racismo;

Agir de maneira crítica e ética em relação as atitudes de racismo e preconceito de cor presentes no senso comum e no meio acadêmico.

JUSTIFICATIVA

A natureza da justificativa que norteou esta pesquisa se deu por três aspectos: matriz curricular de teoria pós-crítica; ensino antirracista e educação progressista. Pela matriz curricular pós-crítica entende-se por uma proposta curricular que atenda as questões emergentes da sociedade (gênero, sexualidade, feminismo, étnico-racial, classe, entre outras). São frequentes as atitudes racistas, seja no esporte ou na sociedade atual, estes atos de xenofobia e de preconceito vitimam pessoas em virtude da característica Étnico-racial.

Entendo ser necessária a realização de pesquisa com enfoque étnico-racial, e esta buscou compreender as ações do Estado e de suas instâncias educacionais para promoção da justiça social, que não se restringe apenas a igualdade legal/substantiva, mas que promova a oportunidade concreta.

O ensino progressista neste projeto se prospecta em adotar medidas educativas que visam dialogar com as diferenças e com a diversidade étnico-racial. a cidade de Diamantina – MG, que possui comunidades remanescentes de Quilombo, ainda de acordo com Censo 2010 do IBGE, a maioria da população deste município é composta por pretos e pardos. Por isso é mister

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

compreender como o currículo escolar nas anos/séries iniciais do ensino fundamental tem dialogado sobre a diversidade étnico-racial e quais contribuições tem sido dada pelas escolas municipais na implementação desta política pública voltada a combater a desigualdade racial.

METODOLOGIA

Em Fevereiro de 2015 iniciou os encontros entre a equipe de trabalho (professor orientador do projeto de pesquisa e o bolsista) para delimitação do plano de trabalho anual e a delimitação parcial do referencial teórico-metodológico do projeto, delimitação das estratégias de aproximação no campo e as primeiras conversas sobre metodologia e instrumentos de coleta de dados (análise documental, observação participante de roteiro de entrevista). O estudo teórico aconteceu durante todo o processo da pesquisa.

As três escolas selecionadas para *locus* da pesquisa estão localizadas nas regiões central, periférica e do campo. Na região central do município, a investigação será na Escola Municipal Belita Tameirão, localizada na Travessa Mercedes Mourão n.º 77, Bairro: Centro. Na região de periferia, a Escola Municipal Nathália de Jesus Silva, localizada na Rua Gruta de Lourdes n.º 4.180, Bairro: Maria Orminda. Na região do campo, a Escola Municipal Quartel do Indaiá, localizada Povoado de Quartel do Indaiá, Distrito: São João da Chapada.

A abordagem metodológica deste projeto aconteceu nas seguintes fases: leitura e delimitação inicial do referencial bibliográfico; ida ao campo, realizada a partir do quarto mês conforme previsão no plano/cronograma de trabalho desta pesquisa, com a intenção de conhecer a realidade escolar, para isso, realizou-se visitas sistematizadas nas escolas selecionadas.

A pesquisa se deu por três etapas: a primeira em análise dos documentos legais da Secretaria de Educação do Município de Diamantina-MG e da Legislação Federal (LDB n.º 9.394/96, Lei n.º 10.639/03, Lei n.º 11.645/08), que resultará na emissão de parecer crítico e compreensivo a saber da eficácia da implementação da política pública na rede municipal.

A segunda etapa se deu por uma observação participante nos espaços de aula, corredores, recreio, intervalo de aulas, reuniões de professores, reuniões de orientação e coordenação pedagógica, que percebeu como o campo está estruturado e quais foram as ações determinantes naquele espaço escolar. Saber quais são as forças coercitivas ali delineadas, e quais atores sociais exercem o poder nas interações sociais, além de reconhecer a lógica da estratificação social

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

daquele espaço e entender como se constitui o poder, a subalternidade e se há transgressões a essa lógica que oprime e exclui.

Na terceira etapa selecionou-se atores sociais que prestaram depoimentos em entrevista do tipo aberta (Gil, 1991), pela qual, foram coletados dados a partir de encaminhamentos de temas referentes as Relações Étnico-Raciais e a Política Pública Educacional Antirracista. Foi permitido ao entrevistado total tempo de elaborar seu depoimento, além da liberdade de expressar suas opiniões. A seleção de atores sociais atendeu aos critérios elaborados durante o processo de construção do referencial bibliográfico, das técnicas de ida ao campo e da coleta de dados, além da percepção da equipe após o momento de observação participante e identificação de atores sociais que atendiam aos critérios estabelecidos para se tornar sujeito da pesquisa no momento da entrevista.

Adotou-se como referencial do instrumento de coleta de dados o manual de Antônio Carlos Gil (1989) para desenvolver técnicas de leitura e interpretação dos dados documentais; técnicas de aproximação e de observação participante no campo; e elaboração de roteiro para entrevista, pelo qual associado as categorias mobilidade social, racismo, capital cultural, *habitus*, práxis educativa progressista para o ensino antirracista e preconceito de marca, possibilitaram constituir um caminho seguro para entender a realidade social daquelas escolas e daqueles sujeitos localizados em espaços sociais diferentes entre si. Na interpretação e compreensão dos dados coletados na pesquisa documental e empírica recorri ao texto Compreender de Bourdieu (2008) como tentativa de realizar interpretações próximas da realidade cotidiana dos indivíduos.

RESULTADOS

Realizou-se entrevista com nove atores sociais, das três escolas investigadas, sendo gestores, professores e funcionários destas instituições da rede municipal de ensino. Foi adotado um roteiro de entrevista e dentre os temas relacionados, que apresento neste ensaio, a opinião dos entrevistados, seleciono: Livro Didático e Religiosidade de Matriz Africana; Caráter laico da educação pública, tendo em vista que todas as escolas investigadas possuem imagens de santos católicos; Personificação do Termo Macumba; Representação da Umbanda e Candomblé.

A representação do negro no Livro Didático é apresentada na perspectiva da visão eurocêntrica, que retrata o negro na posição de subsunção construída pelo sistema escravista, ela em nada atende a proposta progressista de educação antirracista da qual Oliveira (2006) indica

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

que deve ser adotada pelos profissionais da educação, essa posição fica evidente nos depoimentos a seguir:

Os livros retratam o negro somente na escravidão. (...) verdade, muito assim. Na verdade os livros didáticos ainda continuam separando muito, né. Se você pensar bem, olhando por esse lado, por que ver por exemplo, é, vamos pensar aqui em Diamantina. Diamantina foi construída em cima do trabalho escravo. Da exploração do trabalho escravo. Como diz o povo, cada pedra, que tem aqui, cada edificação tem a mão e o suor de um escravo, né. Em “en” situações, mais tem. tem até de africanos livres, que trabalhavam, que já tinham a sua liberdade, e é claro, evidente que tinha que trabalhar, né (Entrevistada I Escola Municipal Belita Tameirão).

Sim, uma visão muito como eu diria, muito no contexto trabalhista, servil, submissão, então é o caráter, realmente, é esse o caráter que é colocado, que é estigmatizado, com certeza. Não que ele poderia ser o herói, como eu falei aqui pra você (Entrevistado III Escola Municipal Nathália de Jesus Silva).

Escravos. Em posição subalterna, submissa. Aí vem aquela questão das bonecas pretas. Eu nunca tive uma boneca preta. (...) Mas, eu não me lembro de ter tido uma boneca preta assim comprada pra mim não. Todas eram loiras e branquinhas do cabelo loiro. (Entrevistada III Escola Municipal Quartel do Indaiá).

Em relação a religiosidade de matriz africana, há uma marcante presença de preconceito na fala dos entrevistados, para Capelli (2011) esta demonstração de preconceito racial tem sido amplamente evidente em praticantes das igrejas neopentecostais:

Olha, na verdade tem um preconceito muito grande, né. Com relação a, este tipo de, digamos assim, seria o que ações? Na verdade não sei <sorriso>. O que é macumba? É alguma coisa que alguém faz pra alguém. Não sei! Deve ser algum tipo de reza, né. Eu acredito em benzeções, né. Já fiz benzeções. Já levei minha filha pra fazer benzeções e tal. Mas eu sei que não é igual. Não sei, mas eu acho que no caso como vocês falam macumba é algo negativo (Entrevistado I Escola Municipal Belita Tameirão).

Macumba pra mim? <sorriso> Macumba pra mim é trabalhar a questão religiosa de forma negativa. Eu vejo assim. Pra mim é. Então, macumba pra mim é você trabalhar nos terreiros o que você quer na verdade que aconteça, talvez pra você seja até correto, mas pra mim, na minha concepção cristã não eu acho que, o que acontece nos terreiros de macumba são coisas que não deveriam acontecer. Essa é minha visão de macumba (Entrevistada II Escola Municipal Nathália de Jesus Silva).

Ih, nem sei o que é macumba. Falta do que fazer. Macumba pra que? Acho que o poder vem de Deus, você não tem poder de fazer mal a ninguém, acho que tem a inveja, isso sim faz mal, a você mesmo que é invejoso. Eu não acredito nessas coisas não. Pra mim negativo. Não sei. Eu sei que as vezes eles pegam macumba ou não sei, eles pegam frango, põe um monte de vela na rua, no meio do beco ou numa esquina, eu não sei o que eles fazem, acho que põe o nome da pessoa que não gosta. Eu não sei disso não. Também não faço questão de saber dessas coisas não (Entrevistada III Escola Municipal Belita Tameirão).

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais: Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

Há um reconhecimento de que Candomblé e Umbanda são manifestações culturais, entretanto, os depoimentos não apresentaram esclarecimentos de que se trata de conhecimentos próximos dos princípios destas manifestações religiosas, emitiu-se juízo de valor do senso comum, e percebo nos discursos que há um sentido de discriminar tais práticas, e isso é uma manifestação do racismo (GUIMARÃES, 2008):

(...) são praticas, né, que não é muito comum. Assim, ainda tem então um certo preconceito. Eu pelo menos não, não sei, acho que, não tenho convivência <sorriso> , né. É uma coisa assim pouco distante, mas também, <ter> respeito, né. Conheço pessoas que vão e tal, mas não tenho convivência assim, né. No candomblé, já assisti novelas, assim. Mas assim exatamente como que é e tudo, também não tenho preconceito não. Talvez eu tenho um pouquinho de medo. <sorriso> Mas assim, preconceito e tal, assim, não existe (Entrevistada I Escola Municipal Belita Tameirão).

Candomblé e Umbanda são rituais que eles fazem em homenagem aos Orixás, essas coisas, né. É a crença deles, eles acreditam nisso. Então, eles vão fazer os rituais para aquilo que eles acham que é para divindade deles lá, né. Então é isso, pra mim é isso (Entrevistada II Escola Municipal Belita Tameirão).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que os professores e gestores das escolas investigadas possuem vontade para desenvolver um trabalho voltado para Educação das Relações Étnico-Raciais, no entanto, esses profissionais não apresentam conhecimento do que poderia estar sendo realizado enquanto práxis educativa antirracista. A terceira depoente da Escola Municipal Belita Tameirão comentou que a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Diamantina – MG, deveria promover uma ação de formação continuada na área temática da Educação para Relações Étnico-Raciais.

Entendo que há uma emergencial necessidade de dialogar sobre a cultura de matriz africana, nos ambientes escolares investigados, tendo em vista que quando argumentos sobre a presença da religiosidade de matriz africana, percebo que a maioria dos depoentes não estiveram a vontade para esclarecer sobre este conteúdo, e ainda, concentram em seu trabalho, o juízo de valor sobre as manifestações religiosas de matriz africana. A palavra macumba é o signo negativo que retrata a questão da religiosidade de matriz africana. Associar a palavra como pejorativa, que simboliza algo negativo, conforme Capelli (2013) indica, que o neopentecostal tem associado a simbologia da religiosidade de matriz africana como algo: “do mundo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais:
Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Tradução, seleção, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, 11ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2010, p.71-80.

_____. **Compreender**. In: A Miséria do mundo 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008, p.693-732.

CAPELLI, Rogério. **Religiões de Matriz Africana**. In: In: Cadernos Penesb - Periódico do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira nº 12. Org. Iolanda de Oliveira, Maria das Graças Gonçalves e Tânia Mara Pedroso Müller. Niterói, 2013, p.321-364.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1989, p.113-122.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HASENBALG, Carlos. **Desigualdades Raciais no Brasil**. In: Estrutura Social, Mobilidade e Raça. Carlos Hasenbalg & Nelson do Valle São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988, p.115-143.

HENRIQUES, Ricardo. **Texto par discussão nº807 - Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília: IPEA, 2001, p.1-49.

IANNI, Octavio. **A Racialização do Mundo**. In: Tempo Social Revista de Sociologia da USP, 8 (1). São Paulo: USP, 1996, p.1-23.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria Social e Relações Sociais no Brasil Contemporâneo**. In: Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: Editora da UFF, 2013, p.163-198.

OLIVEIRA, Iolanda de. SACRAMENTO, Mônica. **Raça Currículo e Práxis Pedagógica: Relações Raciais e Educação para o diálogo Teoria/Prática na Formação de profissionais do magistério**. In: Cadernos Penesb - Periódico do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira nº 12. Org. Iolanda de Oliveira, Maria das Graças Gonçalves e Tânia Mara Pedroso Müller. Niterói, 2013, p.199-280.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: Um Balanço das Teorias**. In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Org. Mário Theodoro. Brasília: IPEA, 2008, p.119-129.

_____. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Texto para discussão. ISSN1415-4765. Brasília; IPEA, 2004.

III Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais:
Igualdade racial no ambiente escolar

10 a 13 de maio de 2016

PAIXÃO, Lea Pinheiro. **Socialização na Escola**. In: Sociologia da Educação organizadoras Lea Pinheiro Paixão e Nadir Zago. Petrópolis; Editora Vozes: 2007, p.222-244.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira Barbosa; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ª Edição revista e atualizada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, 157p.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista DADOS IUPERJ, 2006, p.833-873.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Petrópolis: Vozes Editora, 1983.

SEYFERTH, Giralda. **O conceito de raça nas Ciências Sociais**. Texto Mimeo (s/d).

SILVA, Nelson do Valle. HASENBALG, Carlos. **Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional**. In: Cor e Estratificação Social. Org. Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p.218-231.

SOARES, Sergei. **A demografia da Cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007**. In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Org. Mário Theodoro. Brasília: IPEA, 2008, p.97-117.

_____ **A Trajetória da Desigualdade: A Evolução da Renda Relativa dos Negros no Brasil**. In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Org. Mário Theodoro. Brasília: IPEA, 2008, p.119-129.

Sites visitados

<http://senadofederal.gov.br/> Acesso em 18/06/2015

<http://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em 18/10/2015

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010> Acesso em 20/11/2015